



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO: 17770/2011

ASSUNTO: TCA

PARECER Nº 948/2012-CF

EMENTA: TCA: oitiva (irregularidades) e remessa de processos ao TCDF, para análise e fundamentação de sugestões, inclusive, TCE.

Cuidam os autos de TCA relativa à RA do Núcleo Bandeirante, exercício de 2009.

Foram juntados aos autos papéis de trabalhos, apontando para a ocorrência de irregularidades, como a não cobrança de custos com água, esgoto e energia de ocupantes de área pública; parcelamento irregular de serviços de obra, com sucessivos convites, de modo a se determinar a realização de TCE, o mesmo ocorrendo com relação a pagamento indevido de BDI, ausência detalhada de composição de custos unitários, garantia de recursos orçamentários e outras falhas, como a falta de assinaturas, em processos administrativos, etc; não recebimento de obras e serviços concluídos; pagamento indevido de auxílio-creche e indenização de transporte; indícios de superfaturamento; ausência de ato formal e falta de acompanhamento dos executores dos contratos de limpeza, conservação e vigilância e ausência de controle na destinação de materiais de obras.

O Corpo Técnico elaborou a Informação 22/12, requerendo saneamento dos autos por falta de apresentação de certidão de regularidade com a Fazenda do DF; fez alusão à ausência de processos que possam influenciar as contas (devendo haver grafado incorretamente a Regional do Guará, pois as presentes contas são do NB, ver item 7.1.1), nem TCEs (ver item 7.3.1).

Afinal, conclui pela instauração de TCE, além de diligências com vistas ao ressarcimento e informações atuais sobre processo de TCE e audiência prévia dos ordenadores, em face das impropriedades que indica.

Diversamente, o Secretário de Controle Externo pugna apenas por audiências, considerando o reduzido quadro da STC, para instaurar tantas TCEs, entendendo que o melhor é primeiro ouvir os responsáveis, e, depois, com elementos de convicção mais robustos, determinar, se for o caso, a instauração de TCE.

Os autos vieram ao MPC/DF para parecer.

É sabido que não é exigível a oitiva prévia para a instauração dos autos em TCE, consoante determina o artigo 2º, § 4º da Emenda Regimental nº 01/98, Além do mais, a oitiva aqui se refere a falhas que levarão a aplicação de multa e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

irregularidade de contas, sendo que a TCE visa a identificação dos responsáveis e a possível ocorrência de prejuízo.

Posto isso, o MPC/DF concorda, parcialmente, com os dignos Auditor e Secretário, entendendo que a Corte pode, desde já, autorizar a audiência prevista a fls. 77/78, para fins de aplicação de multa e contas irregulares, requerendo, todavia, a remessa dos processos que deram ensejo à proposta de TCE, para que, ao serem analisados pelo Corpo Técnico, seja verificada se a hipótese é mesmo de instauração de TCE, em razão da possível ocorrência de prejuízos, ou se, ao contrário, o valor não se justifica, as obras e os serviços foram entregues e os preços estão compatíveis com o mercado. Providências semelhantes têm sido adotadas em outras TCAs, quando são solicitados processos indicados, pois se faz necessária análise concreta, objetiva e real dos autos, para a formulação de proposições alusivas aos fatos sob julgamento.

De registrar que não se comentou nos autos a questão alusiva ao quantitativo de cargos comissionados, não se sabendo se a RA cumpre ou não a LODF e a CF, matéria que, ao ver do MPC/DF, influenciaria no julgamento das contas.

É o parecer.

Brasília, 5 de julho de 2012.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora